



VIII CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA

40 anos de democracias: progressos, contradições e prospetivas

ÁREA TEMÁTICA: Educação, Sociologia da [ST]

O EMPREENDEDORISMO SOCIAL: REPRESENTAÇÕES DE ATORES-CHAVE DO CAMPO EDUCATIVO PORTUGUÊS.

COSTA, Daniel

Doutorando em Sociologia

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Danielcostapsy@gmail.com

Resumo

O “empreendedorismo social” (ES) é um termo que tem vindo a ganhar proeminência, especialmente no século XXI, em círculos políticos, mediáticos e académicos uma vez que se anuncia como um construto multidimensional capaz de fornecer respostas adequadas à (aparente) falta de eficácia e eficiência na resolução de necessidades e/ou problemas sociais. Cada vez mais “visível” e presente nas sociedades atuais, o fenómeno apresenta ténues e instáveis fronteiras, quer ao nível teórico-conceptual, quer ao nível das práticas sociais. Face a um objeto com estas características, o desenvolvimento e difusão de conhecimento acerca do ES por via da educação apresenta-se como uma oportunidade relevante, mas que convive com um conjunto de limitações e constrangimentos ao desenvolvimento desse potencial. Assim, o presente artigo tem como objetivo apresentar e discutir as representações veiculadas por atores-chave no campo emergente da educação e formação para o ES, em Portugal. Assume-se que as conceções destes interlocutores, por via do seu posicionamento no campo e papel socioprofissional, são determinantes para a exploração e reconstrução interativa de questões formuladas a partir da problemática identificada. Sinteticamente, a análise de conteúdo aplicada a 12 entrevistas semiestruturadas permitiu uma sistematização dos conceitos, suas relações e representações, providenciando igualmente uma reflexão crítica acerca da dimensão socio-histórica do fenómeno e da sua possível aplicação no contexto português.

Abstract

Social entrepreneurship (SE) is a construct that has gained prominence, especially in the XXI century, in the media, as well as in political and academic circles, as it has been announced as a multidimensional construct capable of providing adequate responses to the (apparent) lack of efficacy and efficiency of those involved in solving societies' most pressing problems. Although increasingly "visible" in contemporary societies, at a theoretical level the concept still displays unstable borders, and lacks a clear definition. Given these characteristics, the mainstreaming of knowledge about the SE through education faces a series of challenges and constraints to the development of its full potential. Thus, this paper aims to present and discuss the social representations conveyed by key players in the emerging field of education and training for SE, in Portugal. It is assumed that the discourses of these actors, via their status on the field, are crucial for the interactive exploration and reconstruction of the issues that surround this theme. Briefly, the content analysis applied to 12 semi-structured interviews allowed for a critical analysis of socio - historical dimension of the phenomenon, as well as an overview of key concepts and their relationships, as they are being apprehended and possibly applied to the Portuguese educational context.

Palavras-chave: Empreendedorismo Social; Representações sociais; Educação; Entrevistas semiestruturadas

Keywords: Social entrepreneurship; Social representations; Education; Semi-structured interviews

1. Introdução

No contexto dos enormes desafios sociais, económicos e ambientais com que se têm vindo a deparar as sociedades na contemporaneidade, o Empreendedorismo Social (ES) emerge como um *construto*, bem como um conjunto de práticas sociais, cujo intuito é o de fazer face à incapacidade ou desadequação generalizadas das instituições para solucionar novos ou recorrentes problemas sociais (Dees, 1998; Nicholls, 2006). Com efeito, o ES pretende afirmar-se como um novo paradigma de intervenção social, uma evolução qualitativa na forma como se apreende e se intervém nas necessidades ou problemas sociais, procurando, através de práticas alternativas, de novas ferramentas e de soluções inovadoras não compagináveis com um carácter assistencialista, responder às problemáticas não atendidas nem pelo Estado, nem pelo Mercado (Defourny & Nyssens, 2010a).

Genericamente, a literatura acerca do ES refere-se a práticas, sobretudo em contextos organizacionais, que combinam a criação de valor social e a maximização dos seus impactos, com uma vertente empresarial que orienta a criação de modelos organizacionais híbridos e a gestão destes segundo princípios de sustentabilidade e inovação social (Dees, 1998; Mair & Marti, 2006; Certo & Miller, 2008). De forma a suprir as necessidades da investigação neste campo, poderá adotar-se como definição provisória e operacional a proposta de Mair e Marti (2006) de ES como o “processo de criação de valor social, através da combinação inovadora de recursos e da exploração de oportunidades com o fim de (...) responder a necessidades sociais” (Mair & Marti, 2006, p. 37).

Num campo que alguns autores consideram estar no seu estado de “infância” (Short, Moss, & Lumpkin, 2009), não foi ainda produzida uma integração teórica ou paradigmática, sendo abundantes as descrições, explicações, definições, dimensões e enfoques de análise, por oposição a uma escassez de investigação empírica e preditiva (Weerawardena & Mort, 2006; Short, Moss & Lumpkin, 2009). Tal facto traduz-se num leque diversificado de perspetivas, representações e práticas, isto é, na existência de um objeto difuso e de fronteiras instáveis.

Não obstante, o potencial de mudança social sistémica que o conceito encerra (Alvord, Brown & Letts, 2003) tem levado à mobilização de centenas de instituições académicas, a nível global, no sentido da estruturação de uma (cada vez mais ampla) oferta de programas, cursos e disciplinas (Brock & Kim, 2011). Ao ser reconhecida uma dimensão educativa orientada para a mudança social através da capacitação de indivíduos, nomeadamente com o desenvolvimento do seu portefólio de competências sociais e humanas, a tónica é geralmente colocada no aprendente enquanto centro do processo de ensino-aprendizagem, procurando responder a uma crescente procura por novas competências e/ou experiências diretas com negócios sociais, assim como por uma educação/formação capaz de despoletar ações e práticas sociais com maior significado pessoal (Tracey e Phillips, 2007). Portanto, parece ser um dado adquirido que o ensino e a pedagogia no campo ES estão a ganhar uma cada vez maior visibilidade (Brock & Kim, 2011; Lawrence, Phillips & Tracey, 2012) e a atrair um crescente interesse por parte dos meios académicos.

Em virtude de se tratar de uma temática recente, ainda mais no contexto português, as práticas sociais a este nível estão ainda envoltas num manto de desconhecimento, especialmente no que diz respeito aos modos de transmissão do conhecimento e às representações que lhe são subjacentes.

Assim, que conceções epistemológicas, teóricas e normativas acerca do ES são suportadas pelos agentes envolvidos no campo de educação e formação? Quais são as representações do empreendedor social enquanto profissional e de que forma estas influenciam a criação e desenvolvimento dos cursos de educação e formação para o ES? Que valores e princípios devem reger uma organização socialmente empreendedora? Estas questões orientadoras emanam da problemática teórica anteriormente resumida, pelo que serão exploradas de acordo com a estratégia metodológica utilizada no presente estudo, que será explanada de seguida.

2. Estratégia Metodológica

A temática do ES foi abordada em sede de entrevistas semiestruturadas a 12 atores atualmente envolvidos neste campo, quer enquanto fundadores de programas de educação/formação, quer enquanto docentes ou formadores dos mesmos (Cf. Quadro 1).

Cód.	Perfil profissional	Sexo (M/F)	Habilitações académicas (grau mais elevado)
E1	Diretor de uma organização do 3º Setor e de uma empresa. Fundador e coordenador de um programa de educação não-formal para o ES	M	Mestrado
E2	Docente universitário e coordenador de uma equipa de avaliadores externos a um programa de educação não-formal para o ES	M	Doutoramento
E3	Docente universitário e coordenador de uma iniciativa pública de cariz comunitário	M	Mestrado
E4	Diretor de curso e docente universitário	M	Doutoramento
E5	Fundador e ex-diretor de curso e docente universitário	M	Doutoramento
E6	Docente universitária	F	Doutoramento
E7	Diretora de curso e docente universitária	F	Doutoramento
E8	Diretora de curso e docente universitária	F	Doutoramento
E9	Docente universitária	F	Doutoramento
E10	Ex-diretor de curso e docente universitário	M	Pós-Doutoramento
E11	Diretor de curso e docente universitário	M	Doutoramento
E12	Diretor de curso e docente universitário	M	Doutoramento

Quadro 1 – Código, perfil profissional, sexo e grau mais elevado de habilitações académicas dos 12 atores-chave entrevistados

Considerando que as representações sociais, veiculadas por qualquer meio, são essenciais ao processo interativo de construção da própria realidade por providenciarem um código nominal e classificativo dos vários aspetos do mundo social e individual (Jodelet, 1989), partimos para uma análise de conteúdo aos discursos recolhidos por entrevistas semiestruturadas, assumindo que as posições aí veiculadas são importantes para a configuração do campo educativo e formativo vocacionado para esta temática, sendo ainda condicionantes das orientações dos programas educativos existentes neste contexto, em virtude das suas responsabilidades atuais enquanto dirigentes e docentes.

Recordando uma das premissas desta teoria, pode dizer-se que a construção da representação social pode refletir um processo de *ancoragem*, ou a atribuição de características sociais ao objeto em análise, que traduz a forma como um conhecimento se insere no pensamento ou estruturas pré-existentes produzindo uma matriz de relações sociais e simbólicas, delimitada por um conjunto de características, que favorece a comunicação (Moscovici, 1988; Jodelet, 1989). Este conceito será útil especialmente para a definição e identificação do agente (empreendedor social) e das suas relações com outras estruturas/instituições.

Nesta fase, e delimitadas a zonas de visibilidade da problemática teórica, torna-se importante sistematizar o que se explanou anteriormente, discernindo dois níveis de análise possíveis, passando depois a uma abordagem empírica:

1. Quanto aos princípios e modos de atuação no quadro de uma organização socialmente empreendedora;
2. Quanto às características atribuídas ao agente, o empreendedor social.

3.1 Os princípios de atuação da organização socialmente empreendedora

À guisa de ponto prévio, destaca-se a percepção de que o ES, embora recente na sua semântica, não o é totalmente enquanto prática social. Na verdade, encontram-se inúmeros exemplos do mesmo ao longo da história da Humanidade, embora não exatamente sob o seu formato atual, ficando patente a ideia de que “*ES sempre houve, não é? Mais recentemente é que se tem vindo a usar essa expressão.*” **E11**

No seguimento, o acolhimento e conceptualização deste objeto não surge de uma forma consensual. As representações que suscita são frequentemente ambíguas, oscilando entre o potencial que o conceito encerra e os sinais de perda de legitimidade que já começa a demonstrar. A utilização dada à expressão parece ser uma das razões, senão a principal, para algumas das reservas e tensões que iremos abordar ao longo do texto. É que “*de repente toda a gente fala em empreendedorismo!*” **E11**, e nem sempre pelas melhores razões, pelo que se intui o risco daquela expressão estar “*tão usada que muitas da vezes já não tem esse significado original de participação e de tomar iniciativa.*” **E5**.

Como ficou estabelecido, o ES é um conceito recente, pelo que se destaca empiricamente esta posição prévia, já salientada na revisão de literatura, que nos parece deter um impacto potencialmente constrangedor de toda a dinâmica de expansão deste objeto na academia: O corpo teórico-empírico do ES não se encontra, ainda, suficientemente consolidado, gerando “*percepções completamente diferentes do que é que poderia ser o ES para uns e para outros*” **E9**. Como afirma um entrevistado, parece existir “*um certo desnorte sobre o que fazer. É muito emergente o tema (...). Há pouca diversidade bibliográfica, está pouco estabilizado em termos conceptuais, e também percebo que é difícil inovar [uma vez] que a base não é sólida.*” **E3**, pelo que parece ser assente que ainda não se conseguiu “*consolidar uma área científica específica para o ES.*” **E11**.

Mas, por ora, procuraremos explorar nesta secção os valores e os princípios de atuação organizacional constantes das representações acerca do ES, a partir dos discursos dos entrevistados. Primeiramente optamos por destacar aquilo que poderá constituir-se como uma definição simples e operativa, do ponto de vista organizacional:

“Todas as formas de ação coletiva [que] permitem uma organização coletiva em torno da resolução de um problema societal em concreto que não está resolvido.” **E4**, expressa em “*uma atividade cujo objetivo essencial é responder a problemas sociais*” **E12**, que recupera “*o sentido de atuação das organizações e das pessoas na perspetiva da transformação social*” **E9**.

Partindo para o aprofundamento destes elementos, detemo-nos nos verbos que indicam a ação: Atuar, organizar, responder, resolver, transformar. Trata-se da recuperação da centralidade da agência, do empreender, o que representa desde logo de uma ação complexa, uma vez que lida com ideais e objetivos sociais e, enfim, com os horizontes prospetivos “*da dimensão complexa das sociedades em que vivemos [e] da dimensão complexa do ser humano.*” **E6**. Essa dimensão ou lógica maior parece reforçar a complexidade inerente a este tipo de ação. Ao mesmo tempo, inscreve-a no território das relações humanas, no estabelecimento e aprofundamento das mesmas que permita o desenvolvimento de “*relações sociais mais solidárias entre os seres humanos e dos seres humanos com o meio ambiente em que vivemos*” **E12**.

Agir na resolução de problemas sociais deve ser entendido como uma tarefa coletiva, “*de um grupo de pessoas, organizado de preferência*” **E8**, que requer altos níveis de envolvimento a diferentes escalas: dos grupos sociais às sociedades, passando pelas comunidades ou regiões. Isto é, rejeita-se a ideia de que os objetivos propostos serão concretizáveis através da ação de um só indivíduo, em favor de um coletivo socialmente organizado e regulado: Uma organização/empresa, de um tipo novo.

Novo porque se defende que a resolução de problemas sociais não equivale à amenização dos seus efeitos, tal como postula o paradigma assistencialista. Em concordância, o ES, portador de novas visões e práticas para a intervenção social, “*não é paliativo (...) não se centra nos efeitos*” **E6**, mas busca intervir nas causas subjacentes dos problemas sociais, numa “*lógica de rutura e mudança, que não é para manter um status quo [mas] para a mudança, uma mudança positiva. Se possível uma mudança de segunda ordem, uma mudança que seja com raízes, que não seja uma mudança aparente para depois voltar ao que estava antes.*” **E7**.

É esta postura crítica que serve de base ao reconhecimento de que uma dada situação social, na sua simplicidade aparente, constitui mais um sintoma do que uma causa, e que as respostas que foram sendo desenvolvidas não foram resolutivas. Ou seja, fazer igual não é opção “*porque os problemas vão mudando, a sociedade também vai mudando e portanto é preciso inovar. E daí o papel do ES.*” **E12**.

Avançando para outras características organizacionais deste objeto de estudo, percebemos que o impacto social é o fim primeiro e último deste tipo de organizações, “*no sentido que logo à nascença tem preocupações sociais, tem carácter social*” **E10**, aspeto que também pode ser um valioso “lembrete” às organizações, nomeadamente do Terceiro Setor, que desenvolvem a intervenção em Portugal. Isto porque, segundo algumas representações, uma parte deste setor de atividade está tão enredado no seu quotidiano e na sua própria sobrevivência, que “*perderam de vista aquilo que efetivamente andam a fazer, entraram em lógicas de rotina, de concursos, de alimentação da própria organização, [que] perderam totalmente de vista a missão*” **E9** e como tal “*autoperpetuam-se, legitimando um conjunto de aspetos que deveriam estar a ser questionados.*” **E7**.

Assim, o ES afigura-se como uma oportunidade para a aprendizagem e conseqüente mudança organizacional, ou seja, de “*reformulação das organizações (...) de reestruturarem eventualmente os seus processos internos. De encontrarem novas filosofias e de não terem medo de falar de transformação social*” **E9**. Em suma, uma oportunidade para modificar as estratégias e as práticas organizacionais que têm vindo a pautar a intervenção social em Portugal.

O sentido dessa mudança vislumbra-se na introdução de novos conhecimentos, de novas perspetivas, referindo-se que o conhecimento acumulado da área da Gestão – capaz de responder a questões como “*[Quais as] diferentes dimensões da área da gestão de organizações deste género? Na obtenção de fundos e de financiamentos? como pode ser feito o fundrasing? Como pode ser a área de marketing ou estratégica em organizações não lucrativas?*” **E10** – pode providenciar contributos valiosos à área social, cuja imagem parece ser deficitária quanto à gestão “profissional” dos recursos disponíveis. Na calha estarão ainda outros contributos para uma visão de “*eficácia e eficiência*” **E1**, por exemplo no que diz respeito à construção de planos de negócios, à adoção de novas tecnologias, à construção de metodologias de diagnóstico e planeamento, ou ainda à introdução de referenciais de autoavaliação e avaliação de impactos (**E3**, **E6**, **E9**, **E11**). É efetivamente em redor desta questão que, a partir do conjunto de representações recolhidas, pode estabelecer-se uma primeira grande clivagem associada ao ES.

Na base deste confronto podem estar os diferentes contextos espaciais a partir do qual emanaram estas diferentes visões, nas quais se percebe “*por que é que os europeus ligam tanto à dimensão organizacional*” **E9**, ou por que razão nos “*países do Norte [sic] têm muito a vertente mais do valor económico e da produtividade do que do valor social, ou uma preocupação grande em termos de resultados.*” **E7**. No entanto, as diferentes mundividências têm origem, sobretudo, na diversidade de posturas epistemológicas, e mesmo ontológicas, que têm vindo a digladiar-se numa arena comunicacional que opõe sobretudo as lógicas de atuação mais comerciais ou gestionárias, e as lógicas de atuação mais solidárias ou cooperativas. No seguimento, tem-se observado a arregimentação em torno de uma ou outra perspetiva, ou seja, a consolidação de “*várias escolas científicas de ES. E se quiséssemos até poderíamos dizer que há várias ideologias*” **E9**, isto é, diversas correntes teóricas ou de pensamento, relativamente ao objeto em análise.

Historicamente, no campo académico e relativamente à definição do ES, as novas práticas gestionárias parecem ter sido favorecidas em relação às novas práticas transformativas, “*porque foi de tal modo incorporado e atribuído um sentido só, que é esse sentido: negócio e gestão*” **E9**. Inclusivamente no contexto português, onde se transmite a ideia de que “*o ES tem sobretudo namorado a perspetiva anglo-saxónica e tem negligenciado a perspetiva francófona*” **E11**.

Portanto, a lógica empresarial, que “*tem a ver com os modelos de negócios, com a busca no mercado de soluções... Enfim, com a necessidade das organizações captarem recursos*” **E9**, parece ter ganho algum avanço no campo do ES em desfavor da lógica solidária/cooperativa, “*que vem dos movimentos sociais, que vem dos estudos do Terceiro Sector e da Economia Social e que são re-articulados aqui na dimensão do ES como uma forma de intervenção na sociedade, na perspetiva da transformação social.*” **E9**. Contudo, a

importação linear daquela perspetiva, ou pelo menos a sua preponderância, é liminarmente rejeitada pela generalidade dos entrevistados, que assim pugnam por uma renovada ênfase nas práticas de índole mais cooperativa, social e afastada do racional empresarial, donde sobressaem princípios como a “*solidariedade, multidimensionalidade, parceria*” **E11** e “*Cooperação (...) Rede (...) Complementaridade*” **E2**.

Permanece a noção de que será através dessa ênfase que o conceito de ES e o seu potencial poderão ser preservados, resultando na “*ideia que nós julgamos que o ES não faz sentido sem ao mesmo tempo interpretar e discutir a problemática da intervenção social (...) na área do serviço público, na parte das organizações privadas não lucrativas.*” **E11**. Isto é, se numa análise casual à evolução deste setor se chega à conclusão de que “*há coisas ali que parecem negócios*” **E10**, o ES deve ser entendido também através de uma demarcação clara das práticas empresariais, incluindo das suas mais recentes tendências, que fazem com que nem sempre seja fácil “*estabelecer distinções e distinções muito evidentes entre responsabilidade social das empresas e o ES*” **E11**, quando a “*responsabilidade social empresarial não tem nada a ver com este tipo de coisas.*” **E8**.

Na medida em que existe a consciência da urgência de inscrição de certos valores e princípios de atuação consentâneos com um novo projeto de desenvolvimento social, porque “*o ES é um projeto de sociedade, tem que ser um projeto político (...) eu não concebo o ES sem um projeto político.*” **E11**, o objeto ganha então a forma de um projeto necessariamente político-ideológico que contrasta com a evolução dos sistemas socioeconómicos verificada até aqui. Na ausência de uma solução imbuída de originalidade plena, tenta-se recuperar aquilo que foi o ideário e o marco conceptual introduzidos pelo advento da Economia Social, na Europa, ainda no Séc. XIX, e ainda o movimento destinado à sua renovação, iniciado nos anos 80 do séc. XX, denominado de Economia Solidária. Por exemplo, um entrevistado advoga que “*A questão da gestão democrática, a questão da participação e da identificação coletiva das necessidades, que sempre estiveram presentes na Economia Social, têm que estar presentes no ES também.*” **E11**.

Todavia, para a generalidade dos entrevistados, o que parece estar em causa é a necessidade de uma acomodação equilibrada das diferentes propostas. Ou seja, torna-se importante, no contexto atual, defender uma postura dialogante, por exemplo integrando os contributos mais procedimentais, as ferramentas, provenientes da escola anglo-saxónica, com um objetivo social suportado por um substrato teórico e político advindo da tradição europeia, sendo o racional o de que “*[É] muito importante fazer planos de negócios, muito importante que vocês tenham presente o que são os planos de negócios e algumas das inovações que vem da área dos negócios. Mas numa perspetiva de: Até que ponto isto serve para provocar mudança, para transformar, para resolver problemas, enfim, da sociedade bloqueada.*” **E9**. Adicionalmente, perpassa a convicção de que eventuais dissonâncias podem (ou devem) efetivamente ser ultrapassadas, especialmente se pensarmos “*que na Economia Social e Solidária há muito ES.*” **E9**.

Nessa medida, não são aqui aprofundadas as clivagens filosóficas que existem entre as diferentes escolas teóricas. Pelo contrário, evidencia-se uma base comum, tendo como ponto de partida de que os empreendimentos sociais devem ter como objetivo a obtenção de impactos sociais sistémicos e duradouros, numa tentativa de alteração estrutural e significativa das causas dos problemas sociais que se pretende resolver, e relegando outro tipo de lógicas para um relativo segundo plano. Relativo, pois o ES aporta uma dupla condição: Se por um lado enfatiza a missão social, pelo outro reconhece a necessidade de se “ser empreendedor”, isto é, de serem mobilizadas estratégias criativas para a gestão dos recursos da organização e para geração de receitas, advindas de atividades económicas e trocas comerciais, com vista à melhoria das suas condições de sustentabilidade.

3.2 – A caracterização do empreendedor social

Nesta secção, evidencia-se uma macrotendência global que se afigura capaz de providenciar um importante elo analítico de ligação entre dimensões Macro e Micro. Referimo-nos à progressiva ênfase dada à assunção individual da responsabilidade pelo solucionamento dos próprios problemas, consubstanciada num “*conjunto de respostas políticas que remetem para essa responsabilidade individual no sentido de construir novos percursos de vida, novas trajetórias...*” **E6**. Esta individualização refere-se portanto não a um individualismo *per se* mas ao “desencaixe” dos modos de vida tradicionais, à reinvenção de novos laços

comunitários e à responsabilidade cada vez maior na construção dos próprios percursos biográficos (Beck *et al.*, 1994).

Nesta perspetiva, o fenómeno do ES parece efetivamente ligar-se ao da Individualização Reflexiva postulada pelo sociólogo Ulrich Beck, segundo o qual os indivíduos estabelecem uma relação ambígua com as instituições sociais, procurando escapar aos quadros normativos para “viver a própria vida”, construindo o seu projeto identitário e biográfico de forma reflexiva e singular mas também sendo obrigado a enfrentar os riscos e tensões, de um modo mais individualizado (Beck *et al.*, 1994). O ES poderá então inscrever-se como mais uma das suas manifestações, como veremos através dos discursos acerca da corporização do conceito no seu agente, o empreendedor social, que é onde se adquire uma dimensão mais evidente de construção de representações sociais.

Referindo-nos primeiramente ao processo de ancoragem das representações sociais, analisamos a atribuição de características ao empreendedor social, tendo como fontes os entrevistados e como suporte a sistematização apresentada abaixo, no Quadro 2.

<i>Características</i>	<i>Fontes</i>
Assume o risco	E9; E11
É criativo e imaginativo	E9; E11
É visionário	E3; E4; E6
É persistente ou resiliente, especialmente em face de desafios ou insucessos	E7; E11
É facilitador da intervenção social	E4
Promove o envolvimento das partes interessadas e o trabalho em equipa	E1; E3; E9; E11
Detém competências empáticas e de escuta ativa	E2; E4
Enquadra os problemas sociais na estrutura de um <i>status quo</i> que se sente na obrigação de mudar	E4; E9; E10; E12
Demonstra pensamento crítico e reflexivo	E6; E9
É proactivo na identificação e exploração de oportunidades	E1; E6
Detém um grau de autoconhecimento elevado	E1; E2
Assume-se como líder e toma a iniciativa	E4; E9
Demonstra capacidades executivas / gestionárias	E3; E10; E12
É flexível e adaptável	E2
Tem uma vocação humanista de serviço aos outros	E3; E11
Demonstra um sentido de responsabilidade perante os beneficiários e os impactos criados	E6
Estabelece relações de confiança	E2
Possui altos níveis de capital social	E9
Detém um amplo conhecimento: especializado e transversal	E1; E2; E4; E9

Quadro 2 – Ancoragem das características atribuídas ao empreendedor social

Para os entrevistados, um empreendedor social é, antes de mais “alguém que tem de estar imbuído de valores e ser movido por valores que o levem a fazer algo que torna as relações sociais mais solidárias e portanto tem que ser alguém que tem qualidades humanas de serviço aos outros, acima de tudo.” **E11**. Tais qualidades excepcionais, traduzidas numa “fortíssima vocação humanista e social” **E3** parecem ser, em simultâneo, o seu elemento distintivo (arriscamos a estabelecer aqui a comparação face ao empreendedor comercial), o móbil da ação e a característica essencial do agente que a perpetra.

Mediada por certos valores e princípios, será igualmente esta ética que legitima o agente da intervenção social inovadora e transformadora, imbuído da “capacidade de liderar equipas, de tomar iniciativa” **E9** por se encontrar “bem colocado para liderar um processo comunitário por exemplo.” **E4**. Sendo genericamente apresentado como líder, o empreendedor social não é o único ator presente nestes discursos, nem tampouco exerce a sua liderança de forma impositiva, autocrática ou solitária. Pelo contrário, a “construção da ação, a ideia do diálogo e a ideia da liderança” **E4**, presente na generalidade dos discursos enfatiza o coletivo, ou a liderança coletiva, espelhada na assunção de que “o empreendedor social individual deve ser o facilitador de

ação coletiva.” **E4**. Todavia, esta ideia será retomada num momento posterior, de forma a evidenciar por ora a construção identitária que subjaz ao processo socialmente empreendedor.

Com efeito, um processo deste tipo parece ser despoletado, desde logo, a partir de um olhar diferente, de “*um pensamento incomodado em relação à sociedade do modo em que ela está estruturada [porque] os padrões de vida, o bem-estar, a qualidade de vida, o modo como respondemos às necessidades dos diferentes grupos incomoda, em primeiro lugar, o empreendedor social*” **E12**. Ser empreendedor parece implicar, para além dos valores enunciados anteriormente, uma sensibilidade dirigida à sociedade e aos seus modos de funcionamento que provoca a mobilização de certas competências analíticas, reflexivas e críticas. Assim, o empreendedor social é alguém que “*tem essa perspetiva crítica (...) Tem que ser um cidadão preocupado com a sociedade em que vive*” **E6**, ao mesmo tempo apresentando uma “*capacidade de refletir de forma adequada sobre aquilo que é formulado como problema atual, envolvendo (...) a capacidade de colocar os problemas de uma forma estrutural*” **E4**, isto é, verificando os problemas sociais como estando incrustados nas estruturas, nos seus modos de funcionamento e nas relações sociais, não no sentido individualizado de eventuais défices atitudinais ou comportamentais de um grupo de indivíduos.

Por outro lado, se a “*competência base tem a ver com o modo crítico como avalia a realidade.*” **E6**, a consequência torna-se necessariamente numa mudança corporizada no agente. Isto é, o empreendedor social é visto como “*uma pessoa que rompe com o status quo, não tem medo (...) de fazer coisas diferentes*” **E9**, que “*consegue ousar na forma de pensar e de agir*” **E6** ou ainda que demonstra uma “*vontade de modernizar, de criar ruturas, de fazer coisas diferentes, de mudar*” **E10**.

Portanto, trata-se de uma pessoa que age a partir das necessidades que vê, para construir algo para além do que existe, para “*conceber o que não está concebido*” **E6**. Com efeito, o ato de empreender socialmente parece ter muito a ver com a construção de uma visão de solução, ou a “*construção de imagens de esperança*” **E4**. É nessa medida que se adverte: Para ser empreendedor social “*é preciso [ser] um visionário*” **E3**, ter a capacidade de “*olhar para um horizonte posterior, orientar as ações não como um somatório de tarefas, mas tendo em vista essa missão maior.*” **E6**. A imagem do horizonte lembra sobretudo um caminho, quicá eternamente inatingível. Mas também veicula a perceção de uma meta, de um ponto de referência que, não obstante encontrar-se em constante evolução, direciona e motiva os esforços para lá chegar.

Assim, a primeira competência que deve ser exercitada é justamente a do autoconhecimento, ou a “*análise de si próprio e das suas capacidades, de identificação das forças e fraquezas*” **E1**. Uma outra é revelada pelo facto de que “*há autores que definem que, para falarmos de ES, tem que haver a componente de haver algum risco*” **E8**, pelo que a segunda competência atitudinal aqui descrita consubstancia-se no gosto, ou pelo menos a tolerância, pelo risco. Sendo afetado pelos processos de individualização reflexiva a que anteriormente aludimos, o empreendedor social é alguém que demonstra “*a capacidade para correr riscos*” **E11** sem “*o medo que faz com que depois as pessoas sejam tão conservadoras*” **E9**. Não se encontrando referências explícitas aos riscos que um empreendedor social pode correr no decurso da sua agência, a alusão genérica parece implicar o (medo do) insucesso.

Sendo uma temática clássica no domínio da literatura acerca do empreendedorismo *tout court*, a chave parece encontrar-se no desenvolvimento da persistência, ou da resiliência. Como nos revela o seguinte excerto “[*Para*] *trabalhar na área social é preciso muita persistência. A probabilidade de ter sucesso não é muito alta, portanto é preciso conviver bem com o insucesso, com o aparente falhanço e a capacidade ultrapassar isto e de persistir, portanto essa perseverança e essa capacidade de viver com o aparente falhanço*” **E11**. A partir de uma visão pedagógica, esta capacidade pode ser ancorada numa conceção do erro ou do fracasso não como algo inerentemente negativo, mas como uma mais que provável vicissitude de contornos positivos, nomeadamente se for percecionada como uma dupla oportunidade: de superação e de aprendizagem, através da qual se “*utiliza o fracasso como forma de desenvolver novas ideias*” **E9**.

Da revelação organizada de algumas competências que se nos afiguram como condicionalismos apriorísticos, avançamos para as características da agência, isto é, para as competências mobilizadas em pleno processo de exploração das oportunidades de resolução dos problemas sociais. A este respeito, poder-se-ia vislumbrar nos discursos analisados uma perspetiva dual dos constrangimentos e potencialidades existentes na relação

entre agente e estrutura, como por exemplo as vias de obtenção de financiamentos, ou as barreiras burocráticas com que um empreendedor social tem de lidar. Contudo, tais considerações não são veiculadas. De facto, pelo que nos é dado a entender, a agência é vincadamente relacional.

Assumindo que o desenvolvimento de um projeto empreendedor, seja em que área for, passa por “*reunir um grupo de pessoas ou stakeholders alinhados com ele na resposta.*” **E3**, as competências atitudinais mais voltadas para a “*capacidade de a pessoa gerar relações de confiança*” **E2** são aqui colocadas em relevo. Mais concretamente, o empreendedor deve desenvolver as “*capacidades que têm que estar presentes, desde a capacidade de motivação [dos colaboradores], a capacidade de construção de parcerias, a capacidade de envolver os participantes, os destinatários como participantes do projeto...*” **E1**. Ou seja, o empreendedor social deve estar focado no estabelecimento de relações profícuas e mutuamente benéficas com as partes interessadas do seu projeto de intervenção, entre as quais se destacam os colaboradores, os parceiros e os destinatários.

Contudo, é na qualidade das relações com os beneficiários que a tónica é colocada pelos entrevistados. No seguimento das conceções de ES atrás veiculadas, o empreendedor social trabalha com os beneficiários, não exclusivamente para eles. Pelo que, por um lado, deve deter competências de escuta ativa, isto é, “*ser capaz de ouvir*” **E4** e, pelo outro, “*haver preocupação com os contextos e com as populações para os quais essas ações são dirigidas ou que vão afetá-las de uma forma ou de outra*” **E6**, isto é, sentir e demonstrar uma genuína preocupação ou sentido de responsabilidade pelo tipo de intervenção que se propõe desenvolver e pelos futuros impactos da mesma.

E assim se concebe o empreendedor social: alguém que identifica os problemas sociais de uma dada comunidade e que coloca um conjunto restrito mas diversificado de competências ao seu serviço; que é hábil na construção de relações sociais com diversos grupos, traduzindo-se tal esforço num capital social capaz de granjear a legitimidade de que necessita para levar por diante os seus intentos; que é conhecedor dos métodos e ferramentas gestionárias mais eficientes e eficazes, porquanto se torna num líder de equipas de trabalho e num agente reflexivo da organização por si criada e/ou gerida.

Recupera-se no entanto uma crítica ao individualismo que se encontra em alguns dos discursos recolhidos. De facto, o conjunto de elementos do debate acerca do que significa ES e do que representa o empreendedor social, parece reforçar os perigos de um endeusamento do empreendedor social que “*nasce, só porque lhe apetece, só porque tem uma ideia brilhante*” **E12**. Tanto de forma implícita como explícita, parece haver uma noção de que os objetivos a que este tipo de agente se propõe só serão alcançados por intermédio dos recursos e das competências que não são, nem podem ser “*propriedade do indivíduo, na maior parte das circunstâncias, mas propriedade de um coletivo porque ela resulta do debate do cidadão, resulta do debate de ideias dentro de coletivos maiores, dentro de redes e fóruns que sejam capazes de facto de conceber aquilo que muitas vezes não está ao alcance de um indivíduo e da sua capacidade transformadora.*” **E12**.

Consequentemente, intui-se não só a dificuldade de um só indivíduo conseguir agregar, desenvolver e mobilizar eficazmente todas as competências atrás enumeradas, como também a inutilidade de um exercício de mudança social concebido e executado por uma só pessoa.

Conclusão

Com o presente estudo, pretendeu-se perceber de que forma um conceito emergente, que interpela de igual forma a Sociedade, a Educação e o campo profissional da intervenção social, tem vindo a ser apreendido, elaborado e reproduzido por parte de atores envolvidos no seu (muito recente) campo educativo e formativo. Assume-se que as representações que estes atores possuem acerca da temática têm e terão influência nas práticas pedagógicas e no desenvolvimento daquele campo.

De uma forma genérica, percebem-se algumas resistências a um conceito que, sendo importado de outras latitudes, não tem, nem podia ter, aplicação direta ao contexto português, qual fórmula milagrosa. Na interpretação dos discursos distingue-se um carácter dicotómico do ES, na medida em que o seu potencial

pode ser transformador ou reproduzidor das desigualdades existentes, pode ser um chavão sem significado ou um dínamo que despoleta a agência.

O que se torna necessário, de forma a conservar o potencial que (ainda) detém, parece ser a recusa de uma postura acrítica. Isto é, correndo o risco de se parecer anacrônico, haverá que se partir para uma reflexão ponderada acerca das suas virtudes e defeitos, das suas tensões e complementaridades, desvendando entretanto alguns dos seus significados e conseqüências obscurecidos pelo embevecimento típico dos “novos paradigmas”.

Por exemplo, parece fazer sentido evocar e desmascarar, neste contexto, o mito do sujeito providencial. Se a importância das lideranças não é negada, também não deve ser sobrevalorizada, porque se é afirmado que a liderança das organizações deste tipo deve ser humanista, dialogante, confiável, criativa, visionária, empática, facilitadora, resiliente, transformadora do *status quo*, etc., tal não quer dizer necessariamente que todas estas “qualidades” se encontrem num só indivíduo. A partilha dá-se igualmente ao nível dos conhecimentos e recursos, os quais devem ser angariados, geridos e aplicados numa organização, que de facto institucionalize aquilo que é um esforço coletivo.

Da mesma forma, e segundo a mesma lógica, as tensões decorrentes das diferentes mundivisões que opõem a empresa social à empresa comercial não podem ser descartadas, nem empoladas. Desde logo, os proponentes das visões empresariais adaptadas ao setor social devem, segundo alguns entrevistados, despir-se dos seus próprios preconceitos e ideologias formatadas pelas novas correntes que têm vindo a enformar as novas práticas gestionárias. Isto porque simplesmente não se pode esperar que as soluções que resultam num contexto resultem igualmente num outro completamente diferente. As práticas gestionárias do universo empresarial não podem ser transpostas, tal e qual, para a intervenção social. E mesmo contendo adaptações, será necessária cautela, pois falamos aqui de lógicas completamente distintas.

Não obstante, a complementaridade deverá ser o padrão relacional que mais benefícios recíprocos pode produzir. Mas este só poderá advir de uma atitude de humildade, abertura e de cooperação, de forma a ser percebido que não há só um lado a “ensinar” o outro. Paralelamente, e tendo em conta as lógicas participativas, colaborativas e, como já vimos, a primazia dos valores, princípios e objetivos sociais sobre os demais, intui-se a necessidade de ser renovada a influência dos postulados da Economia Social e da Economia Solidária na gestão e governança deste tipo de organização.

Tendo tudo isto em conta, como atingir o equilíbrio nesse processo de aprendizagem? Como integrar tudo isto numa organização coerente, eficaz, eficiente e dedicada à resolução de problemas sociais? Não existem respostas concretas e este é um terreno necessariamente deixado em aberto.

Certo é que este tipo de organização tem ainda um caminho a percorrer. E esse não poderá ser feito a solo. Nem tampouco contra outras estruturas ou instituições, algumas das quais serão elas próprias avessas às mudanças que têm de efetuar. Nessa medida, e em jeito de conclusão, será necessário que, no presente e futuro, estas organizações demonstrem um espírito crítico, reflexivo e resiliente, que as torne mais capazes de distinguir os novos conhecimentos que impactam significativamente a sua eficiência e eficácia, das soluções facilitistas assentes em promessas tecnológicas e tecnocráticas; que as informe sobre qual é o trajeto que tem de ser empreendido e que tal não deixará de o ser, mesmo quando se der o confronto com os constrangimentos ou barreiras expectáveis inscritos no terreno das relações humanas e institucionais.

Referências Bibliográficas

Alvord, Sarah, Brown, David & Letts, Christine (2003) *Social entrepreneurship: leadership that facilitates societal transformation, an exploratory study*, Working papers, John F. Kennedy School of Government, Center for Public Leadership, Harvard University.

Beck, Ulrich, Giddens, Anthony & Lash, Scott (1994) *Reflexive Modernization: Politics, Tradition and Aesthetics in the Modern Social Order*. Cambridge: Polity Press

Brock, Debbi, & Kim, M. (2011). *Social entrepreneurship education handbook*. Washington, DC: Ashoka U.

Carmo, Hermano (2000) *Intervenção Social com grupos*. Lisboa: Universidade Aberta.

Dees, Gregory (1998). *The meaning of social entrepreneurship*. Stanford University: Kauffman Center for Entrepreneurial Leadership. Disponível em www.partnerships.org.au/Library/the_meaning_of_social_entrepreneurship.htm.

Defourny, Jacques, and Nyssens, Marthe (2010a). Conceptions of Social Enterprise and Social Entrepreneurship in Europe and the United States: Convergences and Divergences. *Journal of Social Entrepreneurship*, 1(1), 32-53. doi: 10.1080/19420670903442053.

Jodelet, Denise (1989). *Les représentations sociales*. Paris: PUF.

Lawrence, T., Phillips, N., & Tracey, P. (2012). From the Guest Editors: Educating Social Entrepreneurs and Social Innovators. *Academy of Management Learning & Education*, 11(3), 319-323. doi: 10.5465/amle.2012.0224

Mair, Johanna, and Marti, Ignacio (2006). Social entrepreneurship research: A source of explanation, prediction, and delight. *Journal of World Business*, 41, 36-44.

Moscovici, S. (1988). Notes towards a description of Social Representations. *European Journal of Social Psychology*, 18, pp. 211 – 250.

Nicholls, Alex (2006). *Social Entrepreneurship: New models of sustainable social change*. Oxford: Oxford University Press.

Short, Jeremy C., Moss, Todd W., & Lumpkin, G. T. (2009). Research In social entrepreneurship: past contributions and future opportunities. *Strategic Entrepreneurship Journal*, 3(2), 161-194. doi: 10.1002/sej.69

Tracey, Paul & Phillips, Nelson (2007) The Distinctive Challenge of Educating Social Entrepreneurs: A Postscript and Rejoinder to the Special Issue on Entrepreneurship Education, *Academy of Management Learning & Education* 6(2): 264-271.

Weerawardena, Jay & Mort, Gillian (2006). Investigating social entrepreneurship: A multidimensional model. *Journal of World Business*, 41, 21-35.

Certo, Trevis & Miller, Toyah (2008). Social Entrepreneurship: Key issues and concepts. *Journal of Business Horizons*, 51, pp. 267-271.

i Definimos “intervenção social”, a partir da proposta de Hermano Carmo (2000, p.61) como sendo “um processo social em que uma dada pessoa, grupo, organização, comunidade, ou rede social – a que chamaremos sistema-interventor – se assume como recurso social de outra pessoa, grupo, organização, comunidade, ou rede social – a que chamaremos sistema-cliente – com ele interagindo através de um sistema de comunicações diversificadas, com o objetivo de o ajudar a suprir um conjunto de necessidades sociais, potenciando estímulos e combatendo obstáculos à mudança pretendida.”